



A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE A VIOLÊNCIA E OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NA ESCOLA BÁSICA

Marcos Alexandre Alves¹
Alice Krebs Teles²
Magdale Machado Catelan³

Resumo: O respeito ao ser humano é preceito a ser ensinado e educado, princípio para o agir em garantia aos direitos humanos, posto que estes dizem respeito à direitos e liberdades do ser humano. A escola é meio pelo qual se contribui para a “alfabetização” para o respeito, para o ensinamento de conteúdos e valores que subsidiam a formação humana, tarefa de responsabilidade primeira da família. E por assim ser, que o ambiente externo à escola a influencia, pois a criança e o adolescente carregam as suas origens, de modo que em ambiente de violência, os reflexos na escola e no aprendizado surgem e representam obstáculos à efetivação dos direitos humanos e ao diálogo com a sociedade. Desta forma, o problema reside na dimensão dos atos de violência no ambiente da escola básica, que desafiam a mediação pedagógica para a efetivação dos direitos humanos fundamentais, a fim de apontar estratégias que restabeleçam o convívio harmonioso neste cenário educativo, com o sentimento de pertencimento e igualdade.

Palavras-chave: Ensino. Violência. Mediação

THE PEDAGOGICAL MEDIATION BETWEEN VIOLENCE AND FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS IN THE PRIMARY SCHOOL

Abstract: Respect for the human being is a precept to be taught and educated, a principle to act as a guarantee for human rights, since they concern the rights and freedoms of the human being. The school is a means by which one contributes to the "literacy" for the respect, for the teaching of contents and values that subsidize the human formation, task of first responsibility of the family. And so to be, that the environment outside the school influence, because the child and the adolescent carry their origins, so that in an environment of violence, the reflexes in school and learning arise and represent obstacles to the realization of human rights and to dialogue with society. Thus, the problem lies in the dimension of acts of violence in the basic school environment that challenge pedagogical mediation for the realization of fundamental human rights.

Keywords: Teaching. Violence. Mediation.

¹ Orientador. Docente em cursos de Licenciatura e Pós-graduação da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria/RS, Brasil.

² Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens, Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria/RS, Brasil.

³ Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens, Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria/RS, Brasil.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir a questão da violência no ambiente escolar e apontar algumas práticas restaurativas necessárias para que se estabeleça uma convivência de paz nas escolas. O momento de ir para a escola é angustiante tanto para os pais, quanto para as crianças e adolescentes. Mas se não bastasse a angústia do novo, ainda esses jovens aprendizes têm o contato com outras culturas, maneiras de pensar, formas de vestir, outros gostos, ou seja, deparam-se com o diferente, com a diversidade no ambiente escolar como um todo (na comunidade escolar) e em sala de aula. Todos esses fatores podem fazer com que se desenvolva um ambiente hostil que culmine na violência na escola.

Através da imprensa, dos meios de comunicação, da internet, se tem conhecimento dos mais variados tipos de violência existentes na sociedade e na escola, até mesmo em esfera internacional que Marra (2007) traz a título de exemplo os estudos de países europeus realizados por Debarbieux e Blaya (2002). A violência é via contrária à dignidade humana, ao respeito e resguardo dos direitos fundamentais e da própria condição humana, inclusive quanto à criança e ao adolescente, que são reconhecidamente cidadãos com proteção integral e com prioridade absoluta, sujeitos em especial estágio de desenvolvimento, cujo olhar deve atentar para suas capacidades e potencialidades - intelectual, psicológico, emocional - na gradual complexidade que se apresenta em sua formação. O professor não deve estar preparado somente em relação ao conteúdo a ser ministrado, mas sim igualmente preparado para atender as necessidades cognitivas de seus alunos, estar seguro para agir no momento certo e de maneira correta, de modo que venha a contribuir para um ambiente saudável de aprendizado e não de uma maneira que o aluno sinta-se desvalorizado.

Observa-se, dentro das escolas, crianças e adolescentes cometendo infrações que se definem por agressões verbais, físicas, morais, emocionais, sem nenhum motivo que justifique tais ações ou comportamentos (ou cometidas por reflexo do ambiente que vivem). Tais comportamentos estudantis exigem da esfera educacional um olhar mais atento e observador, quanto às suas manifestações e consequências no cotidiano escolar. A criança que é, ou foi vítima da violência, além de reproduzi-la, pode reagir por meio de uma mudança brusca de comportamento, sinais que aparecem como falta de atenção, baixa auto-estima, variação de humor, agressividade, ou até mesmo isolamento, fuga. Pais e educadores devem estar sempre atentos às atitudes e manifestações - inteligíveis ou não - da criança e do adolescente. No entanto, a violência que ocorre na escola e que não é oriunda dela, e sim



por fatores externos, engloba situações como famílias desestruturadas, drogas, conflitos sociais, entre outros. Trata-se da análise da violência cometida pelos educandos, uma vez que há outros tipos de violências como pontua Ristum (2010, p. 79),

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (depredação) e outras. Já vimos algumas delas. Vamos nos deter agora nas modalidades mais frequentes, as que mais afetam o cotidiano escolar, com ênfase especial na violência protagonizada pelos alunos.

É necessário conscientizar a comunidade escolar e não-escolar sobre as formas da violência e suas consequências na vida do indivíduo, bem como lhe dar condições de análise quanto à influência dos inúmeros fatores de violência externos que refletem no comportamento das crianças e dos adolescentes dentro da escola, fornecendo subsídios para que os educadores identifiquem e busquem minimizar esses sintomas na escola.

Ademais, é fundamental ter presente que,

A Escola deve ser entendida como um espaço social, instituição na qual se dá a educação formal no contexto de uma dada sociedade, em um determinado tempo histórico. Portanto, ao tratar educação e o seu papel em face do fenômeno das violências é necessário, antes de mais nada, compreender a relação dialética entre educação e sociedade. (KOEHLER, 2005, p. 32).

Isso porque esta relação dialética se estabelece por meio da argumentação entre os envolvidos, do diálogo perante o outro, em que deve haver o reconhecimento de que o ser humano é ser de relações, social, que influencia e é influenciado. Desse modo, importante ter presente que, conforme Kupstas (1997, p. 9), o debate é um processo *democrático* que existe em sociedades que aceitam o *diálogo* como forma de solucionar as questões sociais.

Assim, com a finalidade de vislumbrar estratégias mediadoras à violência no ambiente escolar, embasou-se a pesquisa, entre outros autores, na obra de Jéferson Capellari intitulado *O ABC do Girafês: aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz*, que trata da comunicação não violenta (CNV). No seu livro, Capellari (2012) descreve um pouco a violência e que, quando se presencia atitudes violentas, sejam elas verbais ou físicas, o ser humano tende a pensar que há violência desde que o mundo existe ao formar, numa imaginação antropológica, uma ideia mental de que nossos antepassados passavam o dia guerreando, de modo que antigamente relacionava-se a palavra violência ao uso da força, por esse motivo toda agressão que envolve força chama-se de violência, esquecendo-se da comunicação que também pode ser violenta.



Além disso, Capellari (2012, p. 17) traz a violência não somente como uma ação de força, crueldade e agressão física, a violência que segundo o autor é passada de geração para geração, mas também a tentativa de convencer, de intimidar moralmente alguém, de constranger, de tolher a liberdade do outro. Infelizmente isso pode ser visto nas escolas, tanto dentro da sala de aula quanto, no pátio na hora dos intervalos, entre aluno/aluno e professor/aluno também. Capellari (2012), também escreve em seu livro que a premiação feita pelos pais também é uma forma de violência, sutil, mas não deixa de ser um ato violento “mamãe lhe dará um presente se passar de ano,” como forma de manipular sentimentos. Somasse a isso expressões não verbais como uma “cara amarrada”, “virar as costas,” entre outras atitudes comuns.

Em sua pesquisa, Capellari (2012) destaca os modos de violência diferentes os quais se falará brevemente a partir de agora. Inicia-se pela violência denominada original, ou seja, essa agressão é a física praticada por indivíduo ou grupo, com o objetivo de causar dor, dano, sofrimento, essa violência está em todas as classes sociais e todos os espaços ocupados pelo homem. A violência institucionalizada está ligada às instituições familiares, igrejas, escolas, trabalho, mas seja qual for o espaço que ela ocupar uma característica é comum, a imposição de algo de um grupo para o outro. No que se refere à violência nas instituições escolares, é razoável considerar que ela é inerente à ação pedagógica e que deste modo não acontece somente dentro da escola, funcionando como mecanismo de reprodução das condições de dominação e subordinação de determinadas camadas, grupos ou classes. Deste modo, a escola torna-se um local de reprodução das relações e da hierarquia social, como espaço favorável para reproduzir valores, padrões de comportamentos e modos de se vestir, sentir e agir, sempre de acordo com os grupos dominantes, colaborando para o aumento da desigualdade social.

Ser cidadão é ter direito, à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, perante a lei: é em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2012, p.9).

Frisa-se que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos com prioridade absoluta, sendo dever assegurar os direitos fundamentais e garantias inerentes à pessoa. Como a violência é questão contraproducente ao respeito aos direitos humanos fundamentais e ao próprio ser humano, estabelecer uma estratégia dialógica contributiva para que atos de violência não prosperem constitui em caminho



para assegurar a proteção e promoção de novos horizontes de paz e segurança escolar, razão pela qual a mediação pedagógica se dá como forma de oportunizar este diálogo entre escola e sociedade, que se entrelaçam.

Os vieses da violência no ambiente escolar

A violência no ambiente da escola básica é questão contraproducente à compreensão da condição humana no processo de formação, refinada com a conquista de espaço, direitos e condição de ser em sociedade. E a criança e o adolescente são sujeitos de direitos que, segundo entendimento de Costa (2007, p. 13) significa que,

Conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos exigíveis com base na lei, deixando de vê-los como mero objeto de intervenção jurídica e social por parte da família, do Estado e da sociedade, equivale a deixar de tratá-los como meros portadores de necessidades. Esse salto das necessidades aos direitos é a pedra angular da construção tanto do novo direito como das políticas públicas e da prática social destinada a implementá-lo.

Ocorre que a dinamicidade frenética que na vida tem se estabelecido, o fluxo de tensões sociais, econômicas, políticas, conjunturais, têm relativizado e fragmentado as relações de alteridade nesta sociedade contemporânea, afetando, por conseguinte, as crianças, os adolescentes, a escola.

Pensar a violência deve-se ter presente que está no cerne da natureza humana, ponderando Kīchiro Matsuura ao prefaciar a obra de Jean-Marie Muller (2006, p. 9) sobre a não-violência na educação, que “está enraizada na consciência dos povos e permeia profundamente a cultura do século 21”, e que, “alimentada pela ignorância, frequentemente nasce da rejeição do outro e do medo, ódio até, das diferenças”. Sarita Amaro (2011), ao tratar sobre as crianças vítimas de violência, em referência a Sérgio Adorno aduz que “a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade, em um momento determinado de seu processo histórico”.

Nesta perspectiva, é uníssono o entendimento da variabilidade de formas e sentidos de violência e sua repercussão na escola, inclusive ao que toca à violação dos direitos humanos, a exemplo de Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua (2002), Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Jovina Quintes Avanci (2010), Caren Ruotti, Renato Alves e Viviane de Oliveira Cubas (2006), Maria da Consolação Lucinda, Maria das Graças Nascimento, Vera Maria Candau (1999).



Analisar a relação entre escola e sociedade diante da violência importa o que Viviane Cubas (RUOTTI, ALVES, CUBAS, 2006) pondera ao refletir sobre a definição de violência nas escolas, que exige “precisão para não ignorar as sutilezas que afetam de forma negativa a comunidade escolar”. Isto porque a relação entre escola e violência é complexa e se deve ter o cuidado com discursos legitimadores, que desvirtuem o cenário socioeducativo.

Entretanto, se analisar os locais onde ocorre maior incidência de violência escolar seria possível afirmar que, em tais locais, crianças e adolescentes encontram-se submersos a situações de tensão, medo e risco a si próprio. O grau de violência no ambiente escolar, reflexo do contexto social (do bairro) em que esteja inserida a escola, dependerá da atenção dada à problemática, à realidade, para reverter a situação e minimizar os efeitos negativos por meio de ações gestoras em prol da mediação, da comunicação e convívio pacífico. O modo de agir da escola, mesmo que inserida em bairro violento, é determinante na definição e diferenciação de seus ambientes de ensino e convívio, com altos índices de violência escolar ou não.

É necessário que se tenha atenção na maneira como se estabelecem os relacionamentos dentro do ambiente escolar, identificar a violência que é feita com clareza de escolha, das que acontecem sem perceber, mas que por esse motivo tornam-se corriqueiras. Não se pode banalizar a violência que ocorre nas escolas, justificando-as como fruto de uma sociedade violenta. A violência no ambiente escolar é fruto de uma sociedade violenta, de uma realidade/um contexto de descaso, mas o que a escola - como instituição - faz para modificar isso, afastar um quadro de exclusão social e de abalo das relações de convivência entre as pessoas (alunos, professores, gestores, pais etc.) é o diferencial para a construção de um processo de ensino e aprendizagem dialógica fundada no respeito, na igualdade e no sentimento de pertencimento.

No horizonte da mediação: algumas sugestões

O que poderia ser feito para tentar amenizar a situação de violência na escola é o que se passa a sustentar, baseado na obra de Capellari (2012), e que não necessitam de nenhum tipo de investimento - seja privado ou público, mas necessita somente da coragem e da boa vontade dos partícipes da escola.



Para o filósofo francês Michel Foucault, o poder não é um objeto natural, mas uma prática social e, como tal, construída historicamente. Como ninguém nasce com cérebro de lobo, portanto, com poder, já sabemos que a base de poder do lobo não deriva do berço, mas é construída em meio ao seu desenvolvimento e sua interação como um ser social. (CAPPELLARI, 2012, p. 37)

O que o autor ilustra com essa passagem é que, o homem no sentido de humanidade não é mal, mas sim vai com o passar do tempo se desenvolvendo um caráter violento, e muitas vezes a violência que se menciona aqui não é a violência física, mas sim a verbal, a mais comum inclusive na escola, que por vezes se origina em casa, no seio familiar e que perpetua na escola, influenciando os relacionamentos em geral.

Como meio para tentar reverter o conflito poderia se utilizar a Comunicação Não Violenta (CNV), o que é muito difícil já que estamos condicionados a linguagem violenta da ordem. Utilizando a CNV, quando o(a) professor(a) fosse pedir silêncio ao invés dela soltar o famoso:- SILÊNCIO! ela diria: - Pessoal preciso que sentem e olhem para mim, pois preciso muito contar uma novidade para vocês e preciso que estejam atentos para poder me dar a resposta! Essa seria uma maneira de pedir silêncio e de fazer com que o aluno se sinta importante.

A mediação pedagógica tem por escopo, pode-se dizer, no sentido de “diálogo” que Cláudia Regina Costa Pacheco (2008) refere ao tratar da violência na escola e a coisificação humana, que se constitui em boa vontade para a compreensão mútua, em recurso para se chegar ao encontro humano, que faz parte do gênero humano. Para isto, uma observação a ser considerada diz respeito às razões mais amplas que Nelson Pedro Silva (2004) coloca sobre a questão do aumento da indisciplina e da violência nas escolas, relacionado à morte ou a relativização dos valores morais, ao desaparecimento ou à diminuição da importância dada a certos valores morais.

Paulo Freire (1996) expõe, dentre os saberes necessários à prática educativa, a exigência do respeito à autonomia do ser do educando e a sua dignidade, como imperativo ético; a apreensão da realidade a partir da capacidade de aprender para transformar a realidade, nela intervir, recriando-a, que implica em outro saber sobre ensinar, da convicção de que a mudança é possível e de que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Em outra acepção, como expõe Flávia Schilling (2004), ao tratar sobre as dimensões da sociedade da insegurança e da violência na escola, que é preciso desatar e reatar nós, recriando os laços que nos permitam viver juntos e de nos criarmos como “nós”, como coletividade que constroem narrativas.



Com a percepção sobre o entorno escolar e o conhecimento sobre o momento, é possível realizar um diagnóstico das características circunstanciais, de forma a propiciar estratégias pedagógicas (no caso, a mediação pedagógica) ensejadoras de uma educação para a cidadania, que segundo Marcelo José Lopes de Souza (1997), através do processo pedagógico e transformação social reforçados dialeticamente, encontram na realidade a sua confirmação, não a sua constante contradição, caindo em descrédito.

Visto o problema, é necessário tratá-lo com a consciência do potencial dano, a minimização das causas originárias, e a permanente e constante avaliação sobre as circunstâncias que a sociedade imprime, reinterpretando e reorientando as estratégias para a segurança escolar.

Lucinda, Nascimento e Candau (1999) referem que,

Lutar contra as causas estruturais da violência e afirmar a vigência dos direitos humanos – civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, etc. -, no nível das práticas sociais e culturais, constitui um elemento fundamental para criar condições de desenvolvimento dos processos de humanização e democratização da nossa sociedade. Trata-se de algo básico para que a questão da violência intra-escolar possa ser devidamente trabalhada. Esta não pode ser compreendida de modo descontextualizado e auto-referido. Consideramos que esta articulação é de natureza dialética e que todos e todas, ali onde vivemos e atuamos, podemos trabalhar por uma cultura e educação em e para os direitos humanos. Somente assim, poderemos ir minimizando as diferentes manifestações da violência social e escolar, e afirmando, no dia-a-dia da sociedade e da escola, desde a infância e os primeiros anos da escolarização, uma cultura dos direitos humanos. (CANDAU (1999, p. 30)

Desta feita, a promoção da racionalidade, a adoção de uma política de civilidade, de respeito ao outro, de diálogo e reconhecimento da multiculturalidade, articulados à criação de um ambiente democrático de ensino e aprendizagem, estimulam à efetivação dos direitos humanos fundamentais, objetivo último de “dever ser”.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq,



Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência**: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (orgs.). **Impactos da Violência na Escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora FIOCRUZ, 2010.

CAPPELLARI, Jéferson. **ABC do Girafês**: Aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz. Curitiba: Multideia, 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente**: uma trajetória de luta e trabalho. In: MPMG Jurídico. Procuradoria-Geral de Justiça. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ano II, Edição Especial, outubro de 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOEHLER, S. M. F. Violências nas escolas: a mediação do professor. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Debate: violência, mediação e convivência na escola**. Boletim 23. novembro de 2005.

KUPSTAS, Marcia. Por dentro do debate. In: Marcia Kupstas (org.). **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.



LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria.

Escola e Violência. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar:** a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. São Paulo: Annablume, 2007.

MULLER, Jean-Marie. **Não-violência na educação.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2006.

PACHECO, Cláudia Regina Costa. **Violência, Educação e Autoridade:** entre as águas que arrastam e as margens que aprisionam. In: CUNHA, Jorge Luiz da; DANI, Lúcia Salete Celich (org.). Escola, conflitos e violências. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008, p. 133-148.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J; PINSKY, C. B. (orgs.). História da cidadania. 6. ed. São paulo: Contexto, 2012.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., e AVANCI, JQ., orgs. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, p. 65-93.

RUOTTI, Caren; ALVES, Renato; CUBAS, Viviane de Oliveira. **Violência na escola:** um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola.** São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, Indisciplina & violência nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O papel da educação no combate à violência**



Universidade do Extremo Sul Catarinense
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e
Educação
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América



urbana no Brasil: da “Educação para a Cidadania” aos limites da educação em uma sociedade injusta. In: ZAINKO, Maria Amelia Sabbag (org.). Cidades educadoras. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997, p. 91-103